

**Nota Técnica SEPLAGTD/SEPE/GGJ Nº  
20/2024**

**Recife, 23 de maio de 2024**

## **I - Introdução**

Trata-se de Nota Técnica destinada à análise da viabilidade de alteração da quantidade de vagas, descritas no Edital de Seleção Simplificada destinada à contratação temporária de profissionais, como Analistas de Concessões Públicas em diferentes especialidades, a serem lotados na Secretaria Executiva de Parcerias Estratégicas, suscitada no Despacho SEPLAGTD/SEPE nº 18/2024, tendo em vista a mudança na necessidade da Secretaria Executiva que justifica a contratação pretendida.

## **II. Síntese dos fatos e justificativa para a alteração da quantidade de vagas**

Em 31 de maio de 2024, o Prefeito do Recife, considerando a necessidade de atender aos encargos temporários e transitórios para a implementação de projetos e gestão contratual de concessões públicas nas áreas de saúde, educação, cultura, esportes, turismo, lazer, meio ambiente, saneamento e habitação, editou o Decreto nº 36.674 (2834859), autorizando a contratação de 15 (quinze) profissionais para o exercício da função de Analista de Concessões Públicas, com especialidade em áreas específicas, no âmbito da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Município do Recife.

Como justificativa para edição do ato legislativo (2834998), em apertada síntese, consignou-se que a SEPE possui uma enorme carteira de projetos, que seriam convertidos em contratos, e que contava com uma enxuta equipe para o desempenho das funções de extrema especialidade, demandando uma expertise própria de quem conhece o instituto das Concessões Públicas e Parcerias Público-Privadas. A necessidade é temporária tendo em vista a transitoriedade dos projetos e contratos, como é o caso, por exemplo, do período inicial das concessões, denominado período de implantação, em que o trabalho de gestão e fiscalização dos contratos é muito acentuado.

Pois bem. Após a edição do Decreto e instituição da Comissão Especial para a Seleção Pública Simplificada, decidiu-se pela contratação de um instituto especializado na realização de processos seletivos. A referida decisão foi tomada pensando nos seguintes aspectos: (i) a realização da seleção simplificada demandaria a atenção de profissionais especialistas na matéria, para análise da documentação de experiência dos candidatos, realização das questões e correção das provas; (ii) a SEPE contava com poucos profissionais em seu quadro, e colocá-los para a realização dessas funções inviabilizaria o processamento das outras demandas da Secretaria; e (iii) para maximizar a impessoalidade do certame.

Nesse sentido, em 18 de julho de 2023 foi dado início ao processo de contratação, por dispensa de licitação, de instituto especializado na realização deste tipo de processo seletivo, que só foi concluído em 17/11/2023, resultando na contratação do Instituto Darwin.

No ponto, ressalte-se que a enorme demora de 4 (quatro) meses para a contratação do Instituto se deu por razões burocráticas e operacionais, dentre elas a necessidade de adaptação às exigências da Nova Lei de Licitações, tanto por parte da Procuradoria Geral do Município, quanto por parte da SEPE, bem como a enorme sobrecarga dos servidores da SEPE com as demandas da Secretaria Executiva, fazendo com que o prazo para realização das atividades fossem frequentemente dilatados além do que se esperava.

Além do atraso no processo seletivo ocasionado pela demora na contratação do Instituto, também houve enorme demora para o lançamento do Edital da Seleção Simplificada, que passou por mais de 9 (nove) revisões. Isso porque, a complexidade do certame, tendo em vista a especificidade da matéria e da experiência que se procura nos profissionais a serem contratados, fez com que a Banca e a Comissão Especial se dedicassem para que o Edital pudesse atingir a finalidade pretendida.

Foi nesse contexto que o Edital nº 01/2024 SEPE/SEPLAGTD foi publicado (2834889), em 26/03/2024, quase 10 (dez) meses após a edição do Decreto nº 36.674, que autorizou a contratação dos 15 (quinze) Analistas de Concessões Públicas. O instrumento convocatório previu a realização da seleção em duas etapas, quais sejam: a análise de experiências acadêmicas e profissionais e a prova de conhecimentos específicos.

Atualmente, o mencionado processo seletivo encontra-se em trâmite, no final da segunda etapa (resultado da prova de conhecimentos específicos) e muito próximo às etapas finais de divulgação do resultado preliminar, perícia médica e heteroidentificação para as cotas e posterior homologação.

Ocorre que, durante todo o trâmite para a realização da Seleção Simplificada destinada a contratação dos profissionais temporários, o cenário da Secretaria Executiva mudou, em diversos aspectos, conforme se explicará adiante.

Primeiramente, percebeu-se que as demandas atreladas aos projetos da Secretaria Executiva demandam maior expertise na seara jurídica, sobretudo com a necessidade de um maior apoio na gestão e fiscalização do período de implantação relacionado ao Contrato de Concessão assinado, bem como na etapa de estruturação dos projetos em si.

Nesse ponto, convém explicar: durante o processo de estruturação de uma Concessão Pública, ao passo que um profissional com expertise técnico-operacional ou econômico-financeiro fica adstrito à análise dos aspectos da sua área de atuação naquele projeto, a equipe jurídica faz atividades além da simples modelagem jurídica do projeto. A equipe jurídica apoia no procedimento para contratação dos agentes estruturadores daquele projeto, na gestão contratual desses contratos com os estruturadores, elabora a minuta de todas as comunicações relacionadas ao projeto, inclusive perante o Tribunal de Contas - muito atuante neste ramo, auxilia no processamento da licitação do projeto, responde a pedidos de esclarecimentos, impugnações, auditorias relacionadas aos projetos, processa acordos de cooperação de entidades do terceiro setor que podem auxiliar na concepção do projeto, faz consultas e responde às diligências da PGM quando do envio do projeto para a análise daquele órgão, elabora minutas de Projetos de Lei, Decretos necessários ao implemento do projeto, emite pareceres, notas técnicas, justificativas, etc. Assim, percebe-se que o volume de demanda da Gerência Jurídica, na SEPE, é muito superior ao das outras áreas quando da estruturação do projeto.

Além disso, percebe-se também uma necessidade de profissionais da especialidade

jurídica, com expertise na matéria de Concessões e PPPs, nos primeiros anos do contrato de concessão assinado, fase conhecida como "período de implantação".

Ressalte-se, no entanto, que todas essas demandas são de caráter temporário, estando intimamente ligadas ao período final de estruturação dos projetos, do processo de licitações e do período inicial dos contratos assinados.

Assim, desde a edição do Decreto nº 36.674, há 1 (um) ano atrás, a necessidade da SEPE passou a ser de muito mais do que apenas 3 (três) profissionais jurídicos, razão pela qual pretende se proceder com um aumento da quantidade de vagas para que a Seleção Simplificada possa selecionar 7 (sete) Analistas de Concessões Públicas - especialidade jurídica, nos termos do Despacho SEPLAGTD/SEPE nº 18/2024.

Por outro lado, com relação às demais especialidades, a realidade da SEPE mudou bastante nos últimos meses, tendo-se tornado desnecessário a contratação de todos os profissionais anteriormente previstos, exatamente por ter se percebido que a demanda teria se concentrado mais na especialidade jurídica.

Com relação às especialidades de engenharia, arquitetura, economia e modelagem financeira, uma das mudanças muito significativas vivenciada pela SEPE foi a ausência de conversão de alguns projetos em contratos, a exemplo da Concessão Comum do Complexo Multiuso Geraldão que foi declarada deserta, diante da ausência de participação de interessados no certame. A situação também está sendo percebida no caso da licitação para a Concessão Comum dos Parques Urbanos, cuja licitação encontra-se aberta e prevista para o mês de junho, apresetando alguns indícios de ausência de interessados até o momento.

Nesse sentido, a expectativa de demanda de dois novos contratos de concessão assinados no ano de 2024 - que contribuíram para que fosse emitida a autorização para a contratação dos 15 (quinze) profissionais - restou parcialmente frustrada, deixando evidente que a necessidade da SEPE não mais subsiste na mesma medida.

Além disso, ocorreram diversas alterações no cronograma de outros projetos tocados pela Secretaria Executiva, que também estavam previstos para assinatura no ano de 2024.

O caso da Parceria Público-Privada de 40 (quarenta) novas unidades escolares de educação infantil é um exemplo de um cronograma frustrado. Nesse caso, havia previsão do lançamento do edital de licitação para outubro de 2023 e assinatura do contrato em janeiro de 2024, mas até o momento a licitação não foi sequer lançada. Da mesma forma, a PPP para as unidades de Atenção Primária a Saúde estava prevista para lançamento do edital de licitação em maio de 2024, sendo que o projeto ainda está em fase de aprovação pelo Tribunal de Contas, não sendo mais factível o lançamento da licitação e assinatura do contrato para o ano de 2024. Além disso, havia também a previsão para lançamento do edital de licitação da PPP Morar no Centro em agosto de 2024, projeto este que ainda encontra-se em fase de aprovação do TCE, não havendo previsão para que seu contrato seja assinado.

Assim, percebe-se que todas essas mudanças foram imprevisíveis e ocorreram após o Decreto nº 36.674, que autorizou a contratação de 15 (quinze) Analistas de Concessões Públicas, tendo a maioria delas ocorrido inclusive após o lançamento do Edital da Seleção Simplificada, como foi o caso da licitação deserta do Geraldão e do possível fracasso na licitação para a Concessão dos Parques Urbanos, não havendo mais razão para a contratação de todos os profissionais autorizados pelo Prefeito do Recife, e conforme previsto no Edital nº 01/2024 SEPE/SEPLAGTD.

Ressalte-se, no entanto, que ainda subsiste a necessidade de contratação dos Analistas de Concessões Públicas nas especialidades de Engenharia, Arquitetura, Economia e Modelagem Financeira, mas não no mesmo quantitativo do que inicialmente previsto, razão pela qual o Secretário Executivo solicitou a análise de viabilidade da alteração da Seleção Pública em tela.

### **III. Análise jurídica sobre a alteração da quantidade de vagas**

Com relação ao aumento de vagas dos profissionais da especialidade jurídica, entende esta área técnica que não há óbice para que esta medida seja implementada, desde que devidamente justificado - conforme Despacho SEPLAGTD/SEPE nº 18/2024 e melhor descrito no item II acima.

Para que tal medida seja implementada, no entanto, faz-se necessário a alteração do Decreto nº 36.674 de 31 de maio de 2023, autorizando a contratação dos profissionais da especialidade jurídica no novo quantitativo, bem como a retificação do Edital da Seleção Simplificada.

No que concerne à diminuição das vagas das especialidades de engenharia, arquitetura, economia e modelagem financeira, entende-se que, embora o Edital da Seleção Simplificada tenha previsto a quantidade de 3 (três) vagas por especialidade e que os candidatos se inscreveram no certame considerando uma quantidade de vagas maior, importa reconhecer que o contrato temporário é precário, como sempre foi de conhecimento dos candidatos.

Nessa linha de raciocínio, caso se estivesse falando de um concurso público para o preenchimento de cargos efetivos na Administração Pública, entende-se que a alteração do edital, no curso do certame, para diminuir a quantidade de vagas, poderia violar o direito subjetivo à nomeação dos candidatos.

Porém, no caso dos autos, a Seleção Pública Simplificada busca selecionar profissionais para celebração de contrato temporário de trabalho, de caráter precário e podendo ser rescindido a qualquer tempo, nos termos da Lei nº 18.122/2015, quando cessada a situação que ocasionou a necessidade de excepcional interesse público.

Nesse sentido, se bastaria a Administração Pública demonstrar que a necessidade de excepcional interesse público não mais subsiste - como é o caso dos autos - para que o contrato fosse rescindido, é natural que a mesma lógica seja aplicada para o caso de uma seleção pública ainda em trâmite, e que os profissionais não foram contratados.

Conforme determina o inciso II do art. 14 da Lei 18.122/2015, que trata sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público no âmbito do Município do Recife, "o contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações [...] pelo desaparecimento da necessidade pública..."

Da leitura desse dispositivo percebe-se, portanto, que o contrato deverá ser rescindido quando desaparece a necessidade pública, sendo certo que ele também não deve ser sequer firmado quando se reconhece que a necessidade pública deixou de existir antes mesmo da sua celebração.

Assim, o que não se pode admitir é, exatamente, o contrário: a contratação de profissionais temporários quando já se sabe que o Município não tem mais a necessidade que ensejou o início da Seleção Pública e a edição do Decreto que autorizou a contratação.

Diante desse contexto, a solução seria simples caso a necessidade pública desaparecesse como um todo. Nesse caso, o Edital e o Decreto de autorização seriam revogados e nenhum profissional seria contratado.

No entanto, o caso em tela traz uma complexidade ainda maior, tendo em vista que a necessidade da contratação apenas diminuiu. Houve, portanto, um desaparecimento parcial da necessidade, sendo certo que não são mais necessários 12 (doze) profissionais - dentre engenheiros, arquitetos, economistas e modeladores financeiros - mas apenas 6 (seis), sendo certo que continuar com a seleção simplificada, da forma que o Edital prevê - com a contratação de profissionais que não são mais necessários - seria violar a legislação e gerar gasto público sem necessidade.

Nessa linha de raciocínio, conclui-se que a diminuição do número de vagas é medida que se impõe, razão pela qual a melhor solução seria medida recomendada para que o Município do Recife só proceda com as contratações temporárias que são realmente necessárias, até mesmo porque a expectativa de contratação de determinado candidato não pode ser tratada de forma mais importante do que a observância à legalidade e ao interesse público, tampouco do que a aplicação regular do erário público.

Demais disso, no caso em tela, não há que se falar em "direito subjetivo à nomeação", por se tratar de seleção pública destinada à contratação temporária e precária de profissionais, sendo dever do gestor público rescindir o contrato - ou, no caso, nem chegar a celebrá-lo se reconhece-se que a situação ensejadora da necessidade de contratação não mais subsiste.

Sobre o tema, a jurisprudência:

Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário Gabinete do Des. Erik de Sousa Dantas Simões 1ª Câmara de Direito Público Apelação Cível nº. 0000837-14.2021.8.17.3480 Apelante: Marcella Ferreira do Nascimento Apelado: Município de Timbaúba Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões EMENTA: CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PROMOVIDA PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA ATRAVÉS DO EDITAL Nº 001/2019. CARGO DE ENTREVISTADOR. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. CARÁTER TEMPORÁRIO. TÉRMINO DA VALIDADE DO CERTAME. AUSÊNCIA DE PROVAS DE PRETERIÇÃO ARBITRÁRIA E IMOTIVADA PELA ADMINISTRAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. A presente questão cinge-se em definir se há direito subjetivo da autora em ser nomeada e empossada no cargo de entrevistadora, para o qual foi aprovada em Processo de Seleção Pública Simplificada promovido pelo Município de Timbaúba, através do Edital nº 001/2019. Compulsando os autos, infere-se que o Edital da Seleção para provimento de cargos no Município previu, para o cargo de entrevistador, 03 (três) vagas, tendo a impetrante sido aprovada em 1º (primeiro) lugar. É assente o entendimento jurisprudencial no sentido de que há verdadeiro direito subjetivo à investidura no cargo, se o candidato for aprovado dentro do número de vagas, uma vez que a Administração Pública não deve agir de forma contraditória, criando expectativas nos candidatos e, depois, se comportando de modo a frustrá-las, o que não seria consentâneo com os princípios norteadores previstos no art. 37 da Constituição da República, notadamente o da moralidade. **O caso presente é outro, eis que a apelante, apesar de ter sido aprovada dentro do número de vagas, não prestou exame para certame de concurso**

**público, mas sim para processo seletivo simplificado.** Com efeito, para fazer jus ao direito que afirma ter, o apelante teria que comprovar que ocorreu preterição de forma arbitrária e imotivada por parte da Administração, o que não ocorreu no caso em comento. A alegação da ocorrência de contratações diretas de profissionais não demonstra qualquer preterição em face da apelante, tendo em vista que essa também seria contratada sob a égide do vínculo temporário, consoante dispõe o Edital do Processo de Seleção Simplificada 001/2019, posto nos autos (ID n. 19955588). **Além disso, mesmo existindo as contratações temporárias citadas, tal fato, por si só, não tem o condão de compelir que a administração pública nomeie a impetrante em cargo de natureza transitória e emergencial dois anos após a referida seleção, uma vez que não há nos autos comprovação de Lei Municipal que exija a realização de processo seletivo para ocupação das vagas por excepcional interesse da administração pública.** Nas palavras do MM. Juiz do primeiro grau, "... não sendo o caso de aprovação em concurso público, mas sim em processo seletivo simplificado, transita a matéria no campo emergencial e precário dos contratos temporários, sem vínculo jurídico estatutário com a administração pública. Portanto, à míngua de elementos que indiquem burla à legislação aplicável aos contratos temporários, seja pelo decurso do tempo desde a seleção simplificada, mérito administrativo ou ausência de legislação municipal que exija a realização do processo seletivo, não há que se falar em direito líquido e certo à nomeação." Recurso de Apelação desprovido. Decisão Unânime. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Apelação nº. 0000837-14.2021.8.17.3480, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, negar provimento ao Recurso de Apelação, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado. P.R. I. Recife, data conforme registro de assinatura eletrônica. Des. Erik de Sousa Dantas Simões Relator 10/21 (TJ-PE - AC: 00008371420218173480, Relator: ERIK DE SOUSA DANTAS SIMOES, Data de Julgamento: 29/03/2023, Gabinete do Des. Erik de Sousa Dantas Simões)

Apelação. Mandado de segurança. Processo seletivo. Aprovação dentro do número de vagas. Necessidade temporária de excepcional interesse público 1. **O processo seletivo simplificado não se equipara a concurso público de provas ou de provas e títulos e, por se destinar à contratação de servidor temporário em decorrência de necessidade de excepcional interesse público, não gera direito subjetivo à nomeação, que depreende da carência do serviço.** 2. Apelo não provido. (TJ-RO - APL: 00215819420148220001 RO 0021581-94.2014.822.0001, Relator: Desembargador Gilberto Barbosa, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 22/03/2016.)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CANDIDATOS APROVADOS EM SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTES CULTURAIS. **INEXISTÊNCIA DE DIREITO À CONTRATAÇÃO. MERA EXPECTATIVA.** CLÁUSULA EDITALÍCIA EXPRESSA

NESSE SENTIDO, COMPATÍVEL COM O REGIME DE CONTRATAÇÕES EXCEPCIONAIS DISCIPLINADO PELA LEI ESTADUAL 6.018/98, **INCLUSIVE PARA OS CANDIDATOS CLASSIFICADOS DENTRO DO POTENCIAL NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS**. INAPLICABILIDADE DE PRECEDENTES A RESPEITO DO DIREITO À NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS INDICADO EM EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO, INSTITUTO COM O QUAL NÃO SE IDENTIFICA A SELEÇÃO SIMPLIFICADA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. (TJ-AL - APL: 00679374720108020001 AL 0067937-47.2010.8.02.0001, Relator: Des. Tutmés Airan de Albuquerque Melo, Data de Julgamento: 14/12/2017, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 09/01/2018)

Sendo assim, entende-se pela viabilidade - e necessidade - da alteração da quantidade de vagas previstas no Edital nº 01/2024 SEPE/SEPLAGTD da Seleção Pública Simplificada, de forma que os profissionais contratados atendam à real e atual necessidade do Município do Recife, evitando-se gasto público desnecessário e a violação à Lei 18.122/2015, passando-se abaixo a discorrer sobre a melhor forma de solucionar essa atípica situação vivenciada pela SEPLAGTD, considerando que a Seleção Pública Simplificada encontra-se em curso e próxima ao fim.

#### **IV. Do formato para alteração da quantidade de vagas. análise sobre a possibilidade de aproveitamento da seleção simplificada.**

Considerando a conclusão do item III acima, no sentido de que a alteração da necessidade pública é um fato - devidamente justificado - e que, nessa situação, a contratação dos profissionais sem necessidade configuraria ilegalidade e aplicação irregular de recursos públicos, passa-se abaixo a discorrer sobre a forma que essa alteração pode ser implementada.

Em um primeiro momento, poderia se entender que a medida mais prudente a ser adotada seria a revogação da seleção pública simplificada como um todo, a alteração do Decreto nº 36.674 de 2023 e o relançamento do edital com a nova quantidade de vagas por especialidade.

No entanto, convém ressaltar que essa medida, além de desnecessária, traz diversos prejuízos à Municipalidade, inclusive sobre o aspecto temporal e financeiro, bem como frustraria a necessidade pública de ter, o quanto antes, mais profissionais trabalhando na SEPE.

Sobre o aspecto temporal, ressalte-se que, além de todo o atraso já vivido para a contratação desses profissionais temporários, há uma urgente necessidade para que essa seleção simplificada seja finalizada e a SEPE possa contar com o reforço da mão de obra para a execução dos seus projetos e contratos. Assim, caso a seleção pública fosse revogada e reiniciada, a situação - já bastante difícil - perduraria por mais muitos meses, tornando a situação ainda mais prejudicial ao Município. Além disso, 2024 é ano de eleições municipais e a partir de 4 de julho as contratações de novos profissionais ficarão impedidas, só podendo voltar a serem realizadas novamente no início do ano de 2025.

Assim, a SEPE, que já vem sofrendo com a sobrecarga de demandas sobre os seus servidores e a dificuldade de dar andamento a todos os projetos da melhor forma possível continuaria prejudicada por mais, pelo menos, sete meses. Significa dizer, portanto, que considerando que a contratação é temporária e sazonal, com prazo inicial de 12 (doze) meses, esperar mais 7 (sete) meses para que as contratações fossem realizadas acabaria por desperdiçar quase que todo o tempo da necessidade

excepcional inicialmente prevista.

Demais disso, sob o aspecto da economicidade, percebe-se que o cancelamento dessa seleção seria mais onerosa para o Município, uma vez que o serviço foi devidamente prestado pelo Instituto Darwin e, independente da efetiva contratação, a instituição deverá ser paga normalmente. Parte deste pagamento, inclusive, já aconteceu. Assim, cancelar a seleção que está em trâmite seria arcar com todo o custo de uma nova seleção, além de ter que devolver a inscrição de todos os candidatos que assim solicitarem.

Dessa forma, tendo em vista à observância aos princípios da celeridade e economicidade, bem como do interesse público - para que a finalidade do ato administrativo seja atingida, qual seja: a da efetiva contratação de profissionais para suprir a necessidade relevante, excepcional e temporária do Município, sugere-se o aproveitamento da seleção simplificada atualmente em trâmite (Edital nº 001/2024 SEPE/SEPLAGTD).

No ponto, merece ressalva que esse aproveitamento demonstra-se viável uma vez que a alteração que se pretende realizar no edital é apenas a quantidade de vagas, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas, tais como as atribuições dos profissionais, as especialidades, as exigências para concorrer, os critérios de avaliação, etc. Com a alteração pretendida, portanto, não haverá um desvirtuamento do certame, permanecendo ele hígido e capaz de classificar profissionais habilitados para o preenchimento das vagas.

Diante do exposto, a primeira solução ventilada como mais prudente, qual seja a de cancelar a Seleção Simplificada atualmente em trâmite e iniciar um novo processo seletivo, teria como único benefício a ausência que uma quebra de expectativa dos candidatos que se inscreveram considerando uma quantidade de vagas maior. No entanto, esse benefício não merece prevalecer sobre a economicidade, celeridade e o interesse público, sobretudo porque os candidatos inscritos já sabiam se tratar de uma seleção pública para contratação temporária de excepcional necessidade pública, a título precário, e sem direito subjetivo a nomeação.

Por essa razão, opina-se pela viabilidade de aproveitamento da Seleção Pública Simplificada - Edital nº 001/2024 SEPE/SEPLAGTD.

## **V. PROCEDIMENTO A SER ADOTADO. RETIFICAÇÃO DO EDITAL ANTES OU DEPOIS DA HOMOLOGAÇÃO.**

Conforme mencionado acima, a Seleção Pública Simplificada encontra-se em trâmite, próxima ao fim.

Conforme o cronograma previsto no Edital nº 001/2024 SEPE/SEPLAGTD, que vem sendo devidamente respeitado até então, a homologação do certame está prevista para o dia 06 de junho.

Sendo assim, em caso de aprovação pela Procuradoria Geral do Município acerca da medida recomendada no item IV acima, no sentido de que seja aproveitado o processo seletivo atual, solicita-se à PGM que seja indicado se, do ponto de vista jurídico e processual, a melhor medida a ser tomada seria: (i) a homologação do resultado do certame com a posterior alteração do Decreto, com a convocação dos candidatos classificados dentro das vagas descritas no novo ato legislativo, conforme ordem de classificação descrita no resultado homologado; ou (ii) a alteração do Decreto nº 36.674 ainda durante o curso do processo seletivo, com a retificação do Edital em momento anterior à homologação do certame.

Tendo em vista as jurisprudências colacionadas no item IV acima, parece razoável que a homologação do resultado do certame seja realizada normalmente, podendo-se a alteração do número de vagas ser posterior, através da alteração do Decreto nº 36.674 de 2023.

## VI. CONCLUSÃO

Considerando que a alteração da necessidade de excepcional interesse público encontra-se devidamente justificado, opina-se pela viabilidade de alteração da quantidade de vagas, para mais ou para menos, para a contratação dos profissionais temporários, tendo em vista a ausência de direito subjetivo à nomeação dos candidatos inscritos na seleção pública simplificada, ressalvada a competência da Procuradoria Geral do Município para apreciação e aprovação da alteração pretendida.

Por fim, ressalta-se a importância de que a PGM indique, caso concorde com a conclusão da presente Nota Técnica, o melhor formato para que o procedimento de alteração da quantidade de vagas seja realizado, nos termos do que se questiona no item V acima.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA MADRUGA DE MORAES MATOS, Gerente Geral**, em 11/06/2024, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2905766** e o código CRC **E7410F08**.

02.008803/2024-78

2905766v1

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**  
Avenida Cais do Apolo, 925 - Bairro Recife | CEP 50030-903 - Recife PE  
Site - [www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br)

